

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Unidade Administrativa de Origem: Fundo Municipal de Educação de Cariri do Tocantins/TO

Titular do Cargo: Lucenilde de Sousa Morais Costa

Cargo: Secretária Municipal de Educação

Responsáveis pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar: Diretoria de Planejamento, Diretoria de Transporte Escolar e Gestora do Fundo Municipal de Educação.

Descrição Resumida do Objeto: Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar, a constituição para a "Prestação de serviços de transporte escolar gratuito de alunos que residem na zona rural da rede municipal de ensino de Cariri do Tocantins, para o calendário escolar do ano de 2026."

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade a seguir especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP), enquanto elemento essencial ao planejamento do suprimento governamental, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, auxilia na elaboração do competente Termo de Referência (TR) e dos demais documentos integrantes do processo de contratação.

Vê-se, assim, que as finalidades do ETP estão dirigidas, dentre outras, a analisar a viabilidade técnica da almejada contratação, bem assim avaliar todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

1. OBJETO

Trata-se de demanda comprometida com a instrução de processo, para selecionar a proposta mais vantajosa, com o fito de realizar a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO DE ALUNOS QUE RESIDEM NA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARIRI DO TOCANTINS, PARA O CALENDÁRIO ESCOLAR DO ANO DE 2026."**

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente documento integra a etapa inicial da fase de planejamento e apresenta a análise da viabilidade técnica, econômica e jurídica da solução identificada, fornecendo os subsídios necessários para fundamentar a contratação dos serviços de transporte escolar. O objetivo central é assegurar o atendimento adequado aos alunos da rede municipal de ensino, garantindo o acesso regular e seguro às unidades educacionais, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios constitucionais da educação.

O transporte escolar constitui serviço essencial para a concretização do direito fundamental à educação, especialmente para os estudantes residentes na zona rural, cujas condições geográficas e de infraestrutura viária dificultam o deslocamento diário até a escola. A inexistência ou interrupção desse serviço inviabilizaria a frequência escolar de um número

significativo de alunos, comprometeria seu desempenho acadêmico, agravaria o risco de evasão e violaria o princípio da continuidade dos serviços públicos.

No município, mais de 205 alunos que residem em chácaras, fazendas, e assentamentos dependem exclusivamente do transporte escolar para acessar as instituições de ensino, muitos deles situados em regiões de difícil acesso, com estradas não pavimentadas e longas distâncias até as unidades escolares. A ampliação e adequação da frota, bem como o aprimoramento da infraestrutura logística, configuram medidas indispensáveis para garantir inclusão educacional, segurança, permanência e igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

A descontinuidade do serviço, além de comprometer o direito constitucional à educação, impactaria diretamente o planejamento pedagógico, prejudicaria a frequência escolar e acarretaria custos adicionais decorrentes de soluções emergenciais, em desacordo com o princípio da eficiência administrativa previsto no artigo 37 da Constituição Federal. Assim, a manutenção regular e qualificada do transporte escolar é condição imprescindível para o funcionamento adequado da rede pública de ensino.

A demanda por transporte escolar no município abrange os alunos matriculados na Escola Municipal Divina Ribeiro Borges e no CMEI Professora Luzia Souza Ferreira, ambos atendendo estudantes residentes na zona rural. Atualmente, são necessárias 14 rotas diárias para garantir o deslocamento desses educandos. Entretanto, a frota própria do município é insuficiente para atender toda a demanda, tornando imprescindível a contratação de empresa especializada para complementar a execução do serviço.

As quantidades de veículos e rotas foram definidas com base nas planilhas encaminhadas pelas unidades escolares, contendo o detalhamento das rotas, o quantitativo de alunos atendidos e as necessidades específicas de cada trajeto. Os documentos comprobatórios, relatório de rotas, relação de alunos e calendário escolar encontram-se anexos a este processo.

Diante do exposto, a contratação do serviço de transporte escolar justifica-se pela necessidade de assegurar o deslocamento diário dos estudantes às unidades educacionais, garantindo acesso, permanência e regularidade das atividades escolares. A prestação do serviço deverá abranger os 200 dias letivos previstos no calendário escolar de 2026, garantindo conformidade legal, continuidade do serviço público e o pleno cumprimento das políticas educacionais do município.

Fundamentação Legal

A presente contratação encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que estabelece, no artigo 208, inciso VII, a obrigação do Estado de garantir o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares, incluindo o transporte escolar.

Ademais, a legislação educacional reforça essa obrigatoriedade, conforme disposto:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), com as alterações promovidas pela Lei nº 14.862/2024, que determina a responsabilidade do poder público na oferta do transporte escolar;

- Lei nº 10.880/2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), regulamentado pela Resolução/CD/FNDE/Nº 45/2013, consolidando a obrigatoriedade da prestação desse serviço pelo ente municipal;
- Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), que em seu artigo 54, inciso VII, determina que o transporte escolar é direito fundamental da criança e do adolescente;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), que no artigo 11, inciso VI, impõe aos municípios a responsabilidade pela garantia do transporte dos alunos da rede municipal.

Diante desse arcabouço normativo, evidencia-se que a responsabilidade do município na prestação do serviço de transporte escolar não apenas decorre de sua competência constitucional e legal, mas também se impõe como medida de garantia da igualdade de acesso ao ensino.

Planejamento e Continuidade do Serviço

O transporte escolar será realizado de segunda a sexta-feira, e, quando necessário, nos finais de semana, de acordo com a demanda e o cumprimento do calendário escolar. A continuidade desse serviço é fundamental para assegurar a permanência dos alunos no ambiente escolar, prevenindo a evasão e assegurando a regularidade do processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, a administração pública deve adotar medidas que garantam a eficiência da contratação, observando os princípios da economicidade e da regularidade administrativa, de forma a garantir a adequada prestação do serviço, em conformidade com as diretrizes orçamentárias e financeiras do município.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação do serviço de transporte escolar é medida indispensável para garantir o direito constitucional à educação, promovendo a inclusão e a equidade no acesso ao ensino.

A interrupção desse serviço geraria prejuízos irreparáveis aos estudantes, impactando negativamente seu aprendizado e sua permanência nas unidades escolares, além de configurar descumprimento das normas educacionais vigentes. Além disso, o respaldo jurídico apresentado demonstra que a prestação desse serviço constitui obrigação do município, sendo sua continuidade uma necessidade administrativa que atende aos princípios constitucionais da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público.

Assim, a contratação do transporte escolar não apenas se justifica, mas se impõe como ação essencial para o cumprimento das responsabilidades educacionais do município, garantindo aos alunos da rede pública de ensino um direito fundamental.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A licitante deverá comprovar:

Regularidade fiscal; Habilitação jurídica; Qualificação econômico-financeira (balanço patrimonial, certidões, etc.); Qualificação técnica, mediante apresentação de atestados que comprovem capacidade para executar transporte escolar.

A Contratada, os veículos e os condutores deverão obedecer integralmente às disposições do Código de Trânsito Brasileiro, DETRAN, e suas alterações, e das Resoluções do CETRAN, CONTRAN e CONATRAN e demais normas vigentes.

A presente contratação se dará com veículos que estejam em perfeitas condições de uso e ter capacidade compatível com a quantidade de passageiros a serem transportados, visando a segurança e o conforto.

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo os seus riscos e a despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda, efetuar o fornecimento do objeto em perfeitas condições e uso conforme especificações constantes no Termo de Referência.

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão ofertados, bem como, arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto.

a) Deverá ser realizado vistoria pela Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação nos veículos após a habilitação do vencedor, verificando as condições e exigências abaixo:

- b)** Cintos de Segurança em boas condições e para todos os passageiros;
- c)** Extintor dentro do prazo de validade e conforme determinar a legislação Nacional em vigor;
- d)** Registrador de Velocidade - Tacógrafo e os discos devem ser trocados periodicamente conforme determina a Legislação Nacional em vigor;
- e)** Pintura de faixas horizontais na cor amarela nas laterais e traseira do veículo, contendo a inscrição da palavra "ESCOLAR" na cor preta;
- f)** Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
- g)** Alarme sonoro de marcha ré;
- h)** Município poderá recusar qualquer veículo se constatado mediante vistoria a inadequação para a prestação do serviço;
- i)** Os veículos deverão possuir idade máxima de 10 anos.
- j)** Independentemente do ano de fabricação, o Município poderá recusar qualquer veículo disponibilizado para o transporte, se constatado, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como, por inobservância das especificações técnicas exigidas pela Legislação aplicável.
- k) O licitante deverá submeter os veículos à vistoria/fiscalização do DETRAN/CIRETRAN após a assinatura do contrato no prazo estipulado pela administração. Deverá também ser realizado no início do segundo semestre.**
- l)** A Autorização do DETRAN (CIRETRAN) e da Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível;
- m)** Em caso de veículos estragados e/ou danificados que impeçam a execução do serviço, deverão estes ser substituídos no prazo imediato determinado pela Administração por outro(s) similar(es), de maneira a não interromper o correto andamento da locação durante o tempo necessário aos reparos;

- n) Deverá a contratada manter a documentação do veículo rigorosamente em dia, tais como: DPVAT, IPVA, Seguro contra Terceiros dentre outros que sejam necessários para o bom andamento do serviço;
- o) Deverá a contratada responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, inclusive em caso de eventual infração aos direitos de propriedade de terceiros, reparando às suas custas os danos causados durante a execução do objeto.
- p) Dos requisitos e atribuições dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços (motorista):**
- q) Idade igual ou superior a 21 anos;
- r) Carteira Nacional de Habilitação na categoria "D" ou "E" dentro do período de validade;
- s) Apresentar comprovação de participação de curso de formação de Condutor de Transporte Escolar atualizado;
- t) Comprovar que não tenha cometido infrações de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses;
- u) Apresentar certidão negativa do registro de antecedente Criminal, dos últimos 05 (cinco) anos.
- v) O vencedor deverá apresentar os documentos acima na vistoria realizada pela Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação, que deverá ser anexado ao processo.
- w) Aos condutores são proibidos, sem prejuízo de outras exigências expressas**
- Legislação Superior:**
- x) Fumar em serviço;
- y) Transportar produtos tóxicos, inflamáveis, como: gás, combustível, produtos químicos de qualquer natureza, bem como, animais e volumes que prejudiquem o espaço físico e coloque em risco a integridade física do usuário;
- z) Consumir e transportar bebida alcoólica nos veículos, bem como, transportar usuários alcoolizados;
- aa) Transportar outros passageiros que não sejam alunos, salvo nos casos de excepcionalidade;
- bb) O vencedor deverá apresentar comprovação da frota no ato da vistoria, através da relação detalhada dos veículos, que será anexada ao processo, contendo:**
- cc) Marca, modelo, ano de fabricação;
- dd) Capacidade de passageiros;
- ee) Número de Renavam e placa;
- ff) Licenciamento atualizado;
- gg) Último certificado de inspeção de segurança veicular (Detran/CIRETRAN).
- hh) O vencedor deverá comprovar infraestrutura operacional no ato da vistoria, que será anexada ao processo:**
- ii) Base local (ou regional próxima) para suporte logístico e manutenção dos veículos, comprovada através do Alvará de Funcionamento;
- jj) Canal de comunicação com a Secretaria de Educação para controle e acompanhamento dos serviços.
- kk) A Diretoria de Transporte Escolar do Fundo Municipal de Educação deverá vistoriar periodicamente os veículos, mesmo após aprovação do DETRAN/CIRETRAN.**

4. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE SERVIÇOS

As atuais rotas estão relacionadas abaixo com as respectivas distâncias em quilometragem entre o primeiro embarque e as unidades escolares. Essas distâncias servirão como base para estimativa da quilometragem total.

A unidade de contratação escolhida foi o quilômetro rodado, visando maior controle do quantitativo realmente utilizado. As quantidades foram estimadas utilizando como base o deslocamento necessário para transporte dos estudantes até as escolas, sendo que a quilometragem total da rota considera como ponto de partida o local em que se embarcam os primeiros estudantes e ponto final a última escola em que desembarca os últimos estudantes, multiplicando-se a quilometragem obtida por (02) dois por se tratar de um único turno.

ROTA 1			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	196	FAZ. AVANTE
SENDO: 02 VIAGENS DE 98 KM CADA, COM UM TOTAL DE 196 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 39.200			

ROTA 2			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	232	BALISA
SENDO: 02 VIAGENS DE 116 KM CADA, COM UM TOTAL DE 232 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 46.400			

ROTA 3			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	246	ASSENTAMENTO GAMELEIRA
SENDO: 02 VIAGENS DE 123 KM CADA, COM UM TOTAL DE 246 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 49.200			

ROTA 4			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	135	FAZENDA MARCO AURELIO
SENDO: 02 VIAGENS DE 67,5 KM CADA, COM UM TOTAL DE 135 KM AO DIA.			
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 27.000			

ROTA 5			
VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.			
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	136	FAZENDA MARISTELA

SENDO: 02 VIAGENS DE 68 KM CADA, COM UM TOTAL DE 136 KM AO DIA.

TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 27.200

ROTA 6

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	256	FAZENDA SANTA HELENA

SENDO: 02 VIAGENS DE 128 KM CADA, COM UM TOTAL DE 256 KM AO DIA.

TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 51.200

ROTA 7

VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DA ROTA
01	KM/DIA	231	ASSENTAMENTO SERRINHA

SENDO: 02 VIAGENS DE 115,5 KM CADA, COM UM TOTAL DE 212 KM AO DIA.

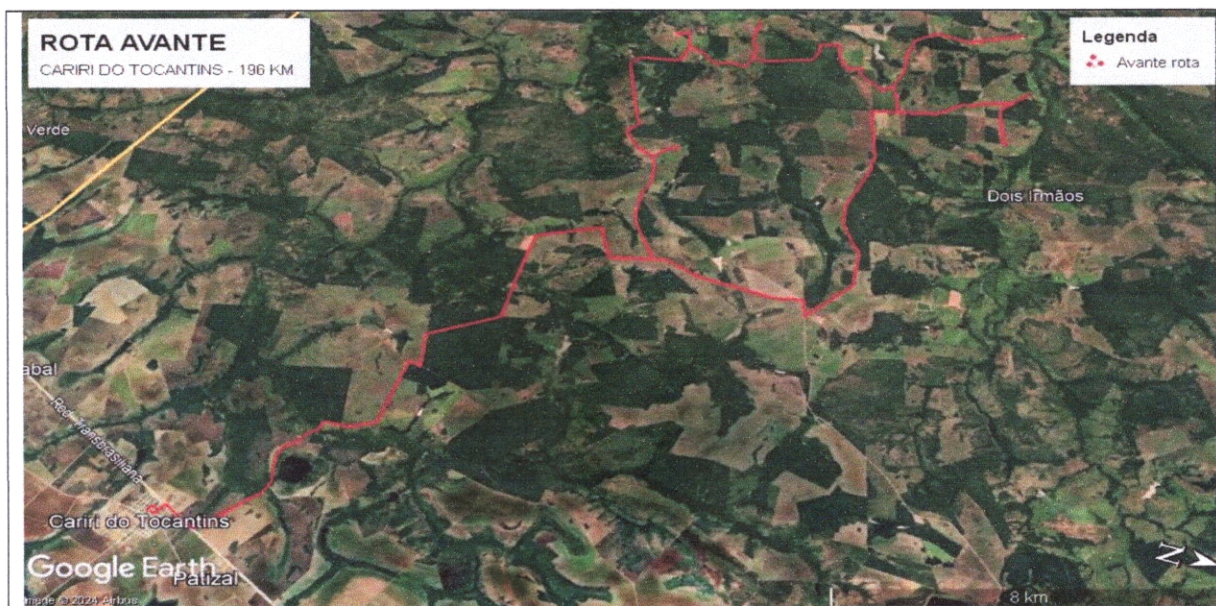
TOTAL GERAL DE KM EM 200 DIAS LETIVOS: 46.200

RESUMO DAS ROTAS

	ROTA	KM RODADOS DIA	DIAS LETIVOS	TOTAL DE KM ANUAL
1	AVANTE	196	200	39.200
2	BALISA	232	200	46.400
3	GAMELEIRA	246	200	49.200
4	MARCO AURELIO	135	200	27.000
5	MARISTELA	136	200	27.200
6	SANTA HELENA	256	200	51.200
7	SERRINHA	231	200	46.200
TOTAL				286.400

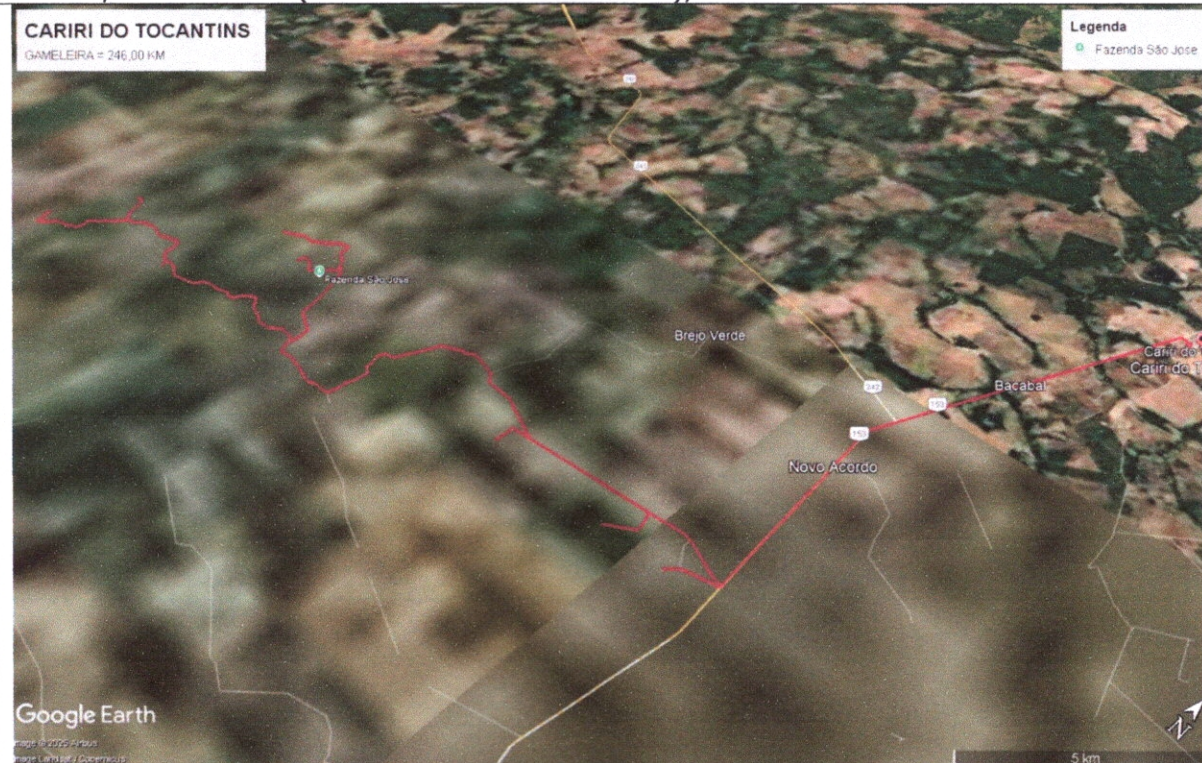
ROTAS E DISTÂNCIAS – DEMANDA ATUAL (EM KM)

ROTA 1	Região Avante
FAZENDA BOA ESPERANÇA, FAZENDA N. SENHORA APARECIDA, FAZENDA RETIRO, FAZENDA AVANTE.	



ROTA 2 **Região Gameleira**

FAZENDA GAMELEIRA, FAZENDA BELA VISTA, FAZ. SANTA ROSA, FAZENDA SANTA ROSA, FAZENDA SANTA HELENA, FAZ. DO ZÉ MARIA, FAZENDA DAS MANGAS, FAZENDA DO IRINEL, FAZENDA 3G (ONDE O EMANUEL MORAVA), FAZENDA NOVO ACORDO



ROTA 3 **Região Maristela**

RETIRO ESPERANÇA – MARAJOARA, FAZ. MARAJOARA, FAZENDA COQUEIRO, FAZENDA SANTA CLARA, FAZ. SANTO ANTONIO (SEDE), FAZ. MARAJOARA, FAZENDA MARISTELA.



ROTA 4 | Região Santa Helena

FAZ. BONANÇA, CHACARA RECANTO, FAZENDA COQUEIRO, FAZ. SÃO VICENTE, FAZENDA ESMERALDA, POSTO ALIANÇA, LUIZ DULCE, RETIRO DA FAZ. SÃO VICENTE, FAZENDA CRISTAL.



ROTA 5

Região da Serrinha

FAZENDA MARCA 5, FAZENDA SANTA RITA, FAZENDA CABECEIRA VERDE, FAZENDA LUANA, MAE DE OURO, FAZENDA SERRANO, FAZENDA CABECEIRA VERDE.



ROTA 6

Região Balisa

FAZENDA CONQUISTA, SECADOR DA MARIQUINHA, FAZENDA BALISA, AGROPECUÁRIA RECANTO (PRÓXIMO AO SALMERON), RANCHO FREE NORTE, FAZENDA RECANTO (PROXIMO A FAZ. UBERABA), FAZENDA SERTÃO DO ANGICO, FAZENDA PARAISINHO, FAZENDA PRINCESA, RETIRO FAZENDA SERTÃO DO ANGICO,



ROTA 7 Região Marco Aurélio

FAZENDA BEIRA DA MATA, FAZENDA MARCO AURÉLIO



As quilometragens e rotas indicadas nos mapas acima servem apenas de referência para o ano letivo de 2026, não constituindo obrigação por parte do Departamento de Transporte Escolar de efetua-las à risca, podendo ser menor ou maior, de acordo com as necessidades, ou ainda, a Administração poderá solicitar que as viagens se originem de outros locais. Também poderão ser suspensos os serviços, desde que justificado.

Para a confecção da proposta, de acordo com o Calendário Escolar de 2026, deverá ser considerado:

- 200 Dias letivos, podendo haver sábados letivos;
- Horário das aulas de segunda a sexta-feira: 09h00min às 17h00min (horário integral);
- Horário das aulas nos sábados: das 07h00min às 12h10min
- Os horários apresentados são apenas indicativos, referindo-se ao início das aulas. As rotas deverão ser realizadas com antecedência, podendo os horários serem alterados conforme necessidade, a critério da Administração.

As rotas são definidas conforme necessidade da Administração. Os itinerários e os horários predeterminados poderão ser alterados de comum acordo com a Contratada e sempre que for necessário em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego e/ou inclusão de alunos.

Para efeito de início da contagem da quilometragem será considerada a saída dos veículos da garagem ou de outro ponto de referência a ser definido pela Administração.

O Departamento de Transporte Escolar não garante uma quantidade mínima de quilômetros rodados por mês, pois pode ser alterado conforme a necessidade para atender os alunos, seja aumentando com a chegada de um aluno novo ou diminuindo devido a um aluno ter se mudado.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para subsidiar a estimativa de custos e identificar a média de preços praticados no mercado, será realizado um levantamento de mercado conforme determina a lei.

A pesquisa deverá ser realizada observando os parâmetros estabelecidos na legislação, podendo também ser obtido com empresas prestadoras de serviços de transporte escolar, buscando assegurar uma estimativa realista e compatível com os valores atualmente praticados.

A pesquisa deverá observar os valores por quilômetro rodado e por rota, conforme modalidade de veículo e tipo de via (pavimentada ou não), custos operacionais médios, incluindo combustível, manutenção, remuneração de motoristas e encargos administrativos, entre outros.

As informações obtidas serão consolidadas e servirão de base para a estimativa de valor da contratação, conforme previsto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e nas orientações do Guia de Boas Práticas para Elaboração de ETP e Termo de Referência da Administração Pública.

Dessa forma, o levantamento de mercado garante maior transparência, competitividade e aderência aos preços de mercado contribuindo para a escolha da proposta mais vantajosa e a boa gestão dos recursos públicos.

A solução escolhida;

Após a análise das alternativas disponíveis, a solução escolhida consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de transporte escolar, por meio de processo licitatório, visando garantir a continuidade e a eficiência do atendimento aos alunos da zona rural do Município de Cariri do Tocantins/TO.

A adoção desse modelo se mostra a mais adequada, considerando que:

- O Município não dispõe de frota própria suficiente e adequada para atender à totalidade das rotas necessárias;
- A terceirização do serviço possibilita maior flexibilidade na gestão das rotas e substituição de veículos, reduzindo custos com manutenção, combustível e pessoal;
- A contratação de empresa ou prestador especializado assegura profissionalização do serviço, observância das normas de segurança, cumprimento de exigências legais e melhor controle administrativo;
- A solução está em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a escolha da presente solução busca garantir transporte escolar seguro, regular e de qualidade, atendendo integralmente à demanda dos estudantes e contribuindo para a efetividade das políticas públicas de educação no município.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente demanda será atendida por meio da contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar, uma escolha que se destaca tanto pela sua viabilidade técnica quanto econômica. Além disso, essa solução já tem sido implementada com sucesso nos últimos anos, demonstrando sua eficácia em atender integralmente às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Ressalte-se, ainda, que o presente processo de contratação é justificado devido ao município não dispor do quantitativo suficiente de veículo escolar próprio, de acordo com as especificações da Resolução nº 0006/2009, do CETRAN/TO, e legislação de trânsito aplicada ao caso, para execução direta com o transporte de alunos residentes na zona rural que frequentam unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Destaca-se, inclusive, que a solução selecionada é mais vantajosa economicamente para o município, pois a contratação dispõe de previsão prévia com todos os encargos de pagamento de pessoal, de insumos dos veículos, combustível, tributos e impostos decorrentes da prestação do serviço, que será de responsabilidade da empresa/instituição contratada, visto que todos os valores e encargos já estão contabilizados no valor a ser pago em cada km rodados nos **itens/rotas a serem atendidos**.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A presente demanda será realizada de forma parcelada, contínua e com previsão do seu pagamento de acordo com a realização de cada etapa. Isto porque, é a solução que melhor se enquadra no critério de julgamento, ou seja, adjudicação por item, é o que prevê a jurisprudência pacificada do TCU na sumula 247:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Além disso, a disputa e, consequentemente, a adjudicação por item, na forma de parcelamento do objeto, proporciona um ambiente de maior competitividade e economia em escala, já que é possível buscar no mercado diferentes e em potenciais concorrentes para o oferecimento de propostas para o objeto.

A contratação será realizada por procedimento que vise o atendimento ao interesse público, considerando que a necessidade consiste em adquirir de forma parcelada os itens no decorrer do ano e conforme necessidade, respeitando o quantitativo a definir no Termo de Referência.



8. RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação irá trazer padronização nas demandas que são oferecidas na execução orçamentária, de forma a melhor compor a estrutura administrativa da gestão do município.

Com a presente contratação, objetiva-se alcançar resultados satisfatórios com a educação básica dos alunos do município e da rede estadual, que utilizam transporte escolar para ingresso e permanência à unidade de ensino.

Com a frequência dos alunos mantida, sem a interrupção por falta de transporte, o município poderá alcançar as metas previstas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, além disso, os discentes não terão prejudicado seu desenvolvimento para a vida profissional.

Cumpra destacar, ainda, que a infrequência e/ou evasão escolar, pode interferir diretamente nos repasses de verbas/recursos que subsidiam a manutenção do ensino da rede pública do município e do estado.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução, utilizando materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, priorizando a segurança, durabilidade e eficiência. As escolhas devem visar à redução da geração de resíduos, ao menor desperdício de recursos e à mitigação dos impactos

Recomenda-se que a contratada adote ações que minimizem a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente nocivas, visando à preservação da qualidade do ar, à saúde dos usuários, à integridade dos sistemas prediais e à proteção do meio ambiente. Entre as medidas sugeridas, destaca-se a utilização de combustíveis menos poluentes.

Devem ser observadas as diretrizes contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 4ª Edição, de agosto de 2021.

11. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Após na realização deste estudo técnico preliminar, foi constatado a **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**, para garantia e manutenção do desempenho das atividades regulares da Secretaria Municipal de Educação.

Este ETP está de acordo com a legislação vigente. Diante de todas as descrições mencionadas nesse documento, sobre o direito e garantia de transporte escolar gratuito e de boa qualidade, que assegure a integridade física e moral de todos os envolvidos nesse eixo que se faz necessário para que o processo escolar possa atender a todos os alunos do município. Neste sentido, opinamos pela viabilidade técnica e econômica da presente contratação, dentro dos moldes estabelecidos no presente estudo.

Cariri do Tocantins/TO, 27 de novembro de 2025.

Responsável pela Elaboração:



Pedro Vitor Araujo Cirqueira

Diretor de Planejamento

Decreto 089/2025



Matias Luciano Santana

Diretor de Transporte

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar:



Lucenilde de Sousa Moraes Costa

Gestora do Fundo Municipal de Educação

Decreto 30/2025

RELATÓRIO DE COORDENADAS DAS ROTAS

RELATÓRIO DE COORDENADAS DAS ROTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CARIRI DO TOCANTINS – TO

1.0 OBJETIVO

O presente relatório tem por objetivo apresentar as Coordenadas Geográficas e as distâncias percorridas pelo transporte escolar no município de Cariri do Tocantins – TO.

Todos os dados foram obtidos por meio do software Google Earth para a concepção e análise dos dados. Mapeamento das coordenadas geográficas é uma ferramenta utilizada por escolas, órgãos públicos ou movimentos sociais para registrar as oportunidades de uma determinada região, bairro ou cidade. Além dos pontos positivos, o mapeamento também pode mostrar quais são os problemas locais. Idealmente, quando essas questões são apontadas, os mapas devem salientar quais organizações e sujeitos daquele território podem auxiliar na sua solução.

Nas tabelas abaixo os dados estão subdivididos por Rotas, onde para cada uma está apresentado o turno de rodagem, a distância percorrida diariamente bem como os pontos estratégicos com suas respectivas coordenadas (Longitude e Latitude).

O município de Cariri do Tocantins – TO, apresenta uma área total de 1.126,291 km² com isso apresenta uma grande área de zona rural. Portanto o Transporte Escolar Rural de Cariri conta com uma distância total de 1.432,00 km de rodagem diária para atender os alunos da zona rural.





2.0 ROTAS

ROTA		AVANTE	
TURNO	TEMPO INTEGRAL		
DISTÂNCIA	196,00		
DIÁRIA			
	PONTO	LONGITUDE	LATITUDE
	1	-49,16252423	-11,89009106
	2	-49,1620387	-11,88059326
	3	-49,21184192	-11,85536416
	4	-49,23094514	-11,84343963
	6	-49,25482702	-11,81881092
	7	-49,27365226	-11,8265521
	8	-49,26956365	-11,8317971
	5	-49,25507907	-11,84467254
	9	-49,2744169	-11,82671399
	10	-49,28768533	-11,82588546
	11	-49,29401565	-11,8360657
	12	-49,30183605	-11,85190907
	13	-49,29440479	-11,83496386
CARIRI DO TOCANTINS		-49,1622651	-11,89036102

ROTA	BALISA
TURNO	TEMPO INTEGRAL
DISTÂNCIA	232,00 KM
DIÁRIA	

PONTO	LONGITUDE	LATITUDE
1	-49,16149786	-11,89578612
2	-49,16365838	-11,92976826
3	-49,15014614	-11,95719111
4	-49,1412601	-11,95132936
5	-49,13155425	-11,95497705
6	-49,13092392	-11,95431346
7	-49,11685807	-11,9843592
8	-49,12208568	-11,96836028
9	-49,12969993	-11,97248916
10	-49,12621045	-11,99210982
11	-49,13603198	-11,98961293





12	-49,14215054	-11,99139417
13	-49,14014759	-11,99740781
CARIRI DO TOCANTINS		-49,16243933 -11,89083566

ROTA	GAMELEIRA
TURNO	TEMPO INTEGRAL
DISTÂNCIA	246,00 KM
DIÁRIA	

PONTO	LONGITUDE	LATITUDE
1	-49,14097517	-11,94320996
2	-49,40741257	-12,03434937
3	-49,38757529	-12,03011223
4	-49,38757529	-12,03011223
5	-49,38757529	-12,03011223
6	-49,38757529	-12,03011223
7	-49,38757529	-12,03011223
8	-49,38757529	-12,03011223
9	-49,38091252	-12,03690952
10	-49,37452565	-12,00354342
11	-49,37452565	-12,00354342
12	-49,37452565	-12,00354342
13	-49,27836948	-11,86175898
CARIRI DO TOCANTINS		-49,16341295 -11,8906619





ROTA	MARCO AURELIO
TURNO	TEMPO INTEGRAL
DISTÂNCIA	135,00 KM
DIÁRIA	

	PONTO	LONGITUDE	LATITUDE
	1	-49,16209127	-11,89043212
	2	-49,16118085	-11,89764091
	3	-49,16456428	-11,92936092
	4	-49,16588435	-11,93912262
	5	-49,1670656	-11,93852816
	6	-49,17378839	-11,94535465
	7	-49,16537604	-11,94085084
	8	-49,15334122	-11,94525639
	9	-49,15031291	-11,97057373
	10	-49,14555413	-11,97667597
	11	-49,15133282	-11,97394508
	12	-49,15426747	-11,98649916
	13	-49,10631201	-12,0518184
	CARIRI DO TOCANTINS	-49,16249242	-11,89058441

ROTA	MARISTELA
TURNO	TEMPO INTEGRAL
DISTÂNCIA	136,00 KM
DIÁRIA	

	PONTOS	LONGITUDE	LATITUDE
	1	-49,16241997	-11,89052249
	2	-49,15489377	-11,8912573
	3	-49,03976417	-11,96991967
	4	-49,05245651	-11,99094498
	5	-49,0469944	-12,03373409
	6	-49,05185127	-11,99142246
	7	-49,06910897	-12,00308359
	8	-49,06776642	-12,01105776
	9	-49,06776642	-12,01105776
	9	-49,05145003	-11,98961425
	10	-49,03320366	-11,96348717





11	-49,03751364	-11,96917791
12	-49,05594968	-11,94712219
CARIRI DO TOCANTINS		-49,16228169 -11,89091358

ROTA	SANTA HELENA
TURNO	TEMPO INTEGRAL
DISTÂNCIA	256,00 KM
DIÁRIA	

PONTO	LONGITUDE	LATITUDE
1	-49,19545403	-12,0902034
2	-49,2258685	-12,09662269
3	-49,25822063	-12,09910717
4	-49,25881962	-12,09323569
5	-49,25857706	-12,06659678
6	-49,23372097	-12,07543317
7	-49,2366659	-12,08181306
8	-49,23212209	-12,07482504
9	-49,20464279	-12,07025596
10	-49,20023237	-12,02317639
11	-49,20837837	-12,02555534
CARIRI DO TOCANTINS		-49,16241404 -11,89043006

ROTA	SERRINHA
TURNO	TEMPO INTEGRAL
DISTÂNCIA	231,00 KM
DIÁRIA	

PONTO	LONGITUDE	LATITUDE
1	-49,20387056	-11,95972903
2	-49,22804961	-11,96895981
3	-49,23980036	-11,96798108
4	-49,23981016	-11,97137323
5	-49,24159241	-11,96829012
6	-49,24811048	-11,97742302
7	-49,25929557	-11,98363189
8	-49,275064	-11,98524079



9	-49,27487141	-11,98686123
10	-49,27810129	-12,01403907
CARIRI DO TOCANTINS		-49.162533° -11.891052°

3.0 RESUMO DAS ROTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL

	ROTA	TURNO	DISTÂNCIA DIÁRIA (KM/DIA)
1	AVANTE	TEMPO INTEGRAL	196,00
2	BALISA	TEMPO INTEGRAL	232,00
3	GAMELEIRA	TEMPO INTEGRAL	246,00
4	MARCO AURELIO	TEMPO INTEGRAL	135,00
5	MARISTELA	TEMPO INTEGRAL	136,00
6	SANTA HELENA	TEMPO INTEGRAL	256,00
7	SERRINHA	TEMPO INTEGRAL	231,00
TOTAL			1.432,00

CARIRI DO TOCANTINS, 20 DE NOVEMBRO DE 2025.



MATIAS LUCIANO SANTANA
DIRETOR DE TRANSPORTES



Jonathan Lourenço da Silva
Engenheiro Civil
CREA - 319768 / D-TO

J L SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 42.516.248/0001-50



LUCENILDE DE SOUSA MORAIS COSTA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO